



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de entrega do
prêmio "direitos humanos 1998" e
comemoração do cinquentenário da
declaração dos direitos humanos*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE DEZEMBRO DE 1998

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Michel Temer; Senhor Ministro da Justiça, Renan Calheiros; Senhores Ministros de Estado; Senhores Embaixadores; Senhor Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Doutor José – que era Gregori e agora é Grégori, depois do prêmio; Senhores Parlamentares; Senhores e Senhoras agraciados com o Prêmio de Direitos Humanos de 98; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

A cerimônia de hoje é duplamente significativa: ela marca a entrega do Prêmio de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, integra as comemorações do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estão aí esboçados dois traços característicos da problemática dos direitos humanos ao fim do século XX: o trabalho devotado de indivíduos e organizações da sociedade civil com vistas a assegurar a prática efetiva dos direitos humanos no plano local; e o reconhecimento de que sua garantia e promoção são uma preocupação universal da humanidade como um todo.

Da mesma forma, a exposição que podemos ver, nesta sala, sob o título "Direitos Humanos, o ideal de todos" e o manual "Direitos Hu-

manos no Cotidiano”, que acabo de receber em sua edição definitiva, simbolizam aspectos complementares dessa mesma questão.

Os direitos humanos são, hoje, no Brasil e no mundo, um ideal —que por vezes parece permanecer distante e acima da vida das pessoas — e, ao mesmo tempo, uma realidade que se busca construir a cada dia, com dedicação e esperança, apesar das inúmeras dificuldades encontradas.

Ao contrário do que se possa pensar, aí não há contradição. São os elevados padrões de respeito aos direitos humanos que nos impomos, inclusive através da adesão a instrumentos internacionais que ajudam a enfrentar e superar as imperfeições com que convivemos diariamente nessa área.

Meu governo, como já foi dito aqui, desde o seu início teve nos direitos humanos um tema central e um tema inspirador. A ênfase nas questões econômicas, na estabilidade e no desenvolvimento não nos fez esquecer nunca que não bastam a melhoria de nível de vida e o acesso a bens e serviços para garantir a plena fruição dos direitos humanos.

O mercado, esse motor extraordinário do crescimento econômico, não assegura a fruição de direitos. É necessária uma atividade constante do Estado e da sociedade civil nas áreas da educação, da legislação, da divulgação e do monitoramento em prol dos direitos humanos, para que ela se torne uma realidade.

Na época atual, em que, cada vez mais, as concepções econômicas convergem, é o lugar atribuído a valores como direitos humanos, democracia, justiça e solidariedade que distingue, efetivamente, as ideologias, partidos ou governos.

O respeito aos direitos humanos não é apenas um compromisso que assumimos no contexto internacional: é, sobretudo, um compromisso da própria sociedade brasileira consigo mesma. Porque não há democracia sem direitos humanos; não há combate à exclusão sem direitos humanos. Na verdade, os direitos humanos são uma grande arma na luta contra a exclusão.

Os direitos humanos envolvem importantíssimas mudanças jurídicas, além das socioculturais. Não é este o momento de listar o que fizemos nesses quatro anos. Somente na área legislativa, entretanto,

cabe recordar que muitas leis já foram sancionadas cobrindo as mais diversas áreas dessa temática, como a tortura, as penas alternativas e o estatuto de refugiados.

Uma das primeiras medidas do meu governo, na área dos direitos humanos, foi reconhecer a responsabilidade do Estado pelo passado, com verdade e justiça, por meio da sanção da lei que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação política.

No plano internacional, é com grande satisfação que posso anunciar, hoje, o reconhecimento, pelo Brasil, da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, após a aprovação, pelo Congresso, da proposta do Executivo, realizando, assim, uma antiga aspiração da comunidade dos que lutam pelos direitos humanos.

No âmbito nacional ainda, lançamos, há pouco mais de dois anos, como foi dito aqui, também, o Programa Nacional dos Direitos Humanos, iniciando um esforço conjunto da sociedade e do Governo pelos direitos das brasileiras e dos brasileiros.

Vários avanços foram obtidos no contexto do Plano Nacional de Direitos Humanos, desde o combate à impunidade à retirada de crianças do trabalho infantil, da repressão à prostituição infantil até a titulação de terras de remanescentes dos quilombos.

Mais importante, talvez, do que as normas jurídicas e do que as ações específicas executadas foi a mudança cultural pela qual o Brasil está passando. Os direitos humanos entraram definitivamente nas agendas nacional e internacional do nosso país.

As pessoas que têm trabalhado comigo nessa área, como o Dr. José Gregori, trabalham com convicção e empenho que refletem compromissos de uma vida inteira. Diga-se de passagem que me emocionei ao ver, há poucos instantes, os depoimentos aqui prestados, especialmente o da Margarida Genevois, porque me fez recordar momentos dos anos de chumbo, em que as coisas eram bem mais difíceis do que hoje, que nós podemos falar de direitos humanos neste palácio; mas, então, nós passávamos longe dele, com horror dele.

O reconhecimento internacional da atuação da Secretaria será confirmado, ainda nesta semana, com a entrega do prêmio das Nações

Unidas ao nosso Secretário. E esse prêmio, realmente, é alguma coisa de extraordinário. Muitos de nós, sobretudo os que têm lides na diplomacia brasileira, sabemos o que significou no passado o quase opróbrio com o qual o Brasil era marcado, pelo desrespeito continuado aos direitos humanos, e podemos avaliar o que significa, hoje, as Nações Unidas reconhecerem na pessoa do José Gregori um lutador pelos direitos humanos e, ao fazê-lo, reconhecerem, *ipso facto*, que, no Brasil, o Secretário Nacional é um lutador pelos direitos humanos.

Eu me junto ao aplauso que foi dado ao José Gregori, porque é um aplauso a todos os lutadores pelos direitos humanos.

A preparação do Plano Nacional dos Direitos Humanos, resultado do trabalho dedicado de uma equipe liderada pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, aqui presente, foi um exemplo de um Brasil onde Estado, setor privado e organizações da sociedade civil buscam, em parceria, soluções para os nossos problemas.

O Ministro da Justiça, Renan Calheiros, tem sido um continuador e um colaborador inestimável nessa área, assim como em outras. E é de ressaltar o esforço extraordinário que, ainda agora, está fazendo o Ministro para haver-se com um dos casos mais delicados que já passaram pelo Ministério da Justiça, que é uma greve de fome de prisioneiros, diante da qual o Governo, por um lado, está atado às injunções do Direito e da Justiça e, por outro, vê com pena e preocupação o tempo passar sem que decisões sejam tomadas por aqueles a quem cabe decidir e não se apressam nessa decisão, que me parece mais do que oportuna. E tem que ser uma decisão da Justiça, não um ato de vontade arbitrário, contra a Justiça, por parte do Presidente da República.

O dia 10 de dezembro, data da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Assembléia das Nações Unidas, foi muito apropriadamente escolhido para expressar, ano após ano, o nosso reconhecimento para com aqueles que fizeram dos direitos humanos sua luta de todos os dias. Neste ano, por causa da reunião dos Presidentes do Mercosul, que será realizada a partir de amanhã, antecipamos nossa homenagem para o dia de hoje.

As questões e os temas mais diversos estão representados entre os premiados. O Gajop – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares –, vencedor em primeiro lugar, dedica-se a fornecer assistência legal às populações carentes e à implementação de programas de proteção a testemunhas. Outras instituições distinguidas trabalham com questões relativas ao autismo, à comunidade negra e a indivíduos envolvidos com o menor. Todas as organizações envolvidas com direitos humanos, premiadas ou não, são credoras, hoje, de nossa gratidão.

E é significativo para nós que a comunidade internacional comemore os 50 anos desse instrumento jurídico fundamental em uma época em que o Brasil virou a página em sua política de direitos humanos. Abandonamos as posturas hesitantes e defensivas do passado e passamos a aceitar plenamente a universalidade desses direitos. Assim fazendo, o Brasil reconciliou-se com o melhor da sua cultura, fundada na pluralidade, na tolerância e na generosidade.

Sabemos que muitos problemas e dificuldades permanecem na área dos direitos humanos em nosso país. Mas o programa amplo e ambicioso que estamos implementando é a maior prova da sinceridade dos nossos propósitos.

Quero aproveitar para lhes dizer que nós vamos continuar nessa direção. Os direitos humanos continuarão a ser uma prioridade do governo que iniciarei no segundo mandato. E penso mesmo em fortalecer institucionalmente a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, dando-lhe um *status* mais condizente com o que é necessário para a sinalização da importância que o Governo atribui a essa matéria.

Quero também lhes dizer que estou estudando a possibilidade de incluir, de forma mais direta, a sociedade na busca de caminhos e no apontar também deficiências nessa luta em prol dos direitos humanos. Precisamos criar, na expressão do Professor Paulo Sérgio, observatórios da sociedade dentro do próprio Governo, para que o Governo esteja sempre alerta na defesa dos direitos humanos.

E também me parece que será conveniente, nesta como em outras matérias de políticas públicas, fazer com que haja uma avaliação, porque é muito difícil para nós, que estamos no exercício do governo,

sabermos se, efetivamente, as decisões tomadas foram implementadas, até que ponto elas tiveram alcance, de que forma é preciso corrigi-las. Crescentemente, nós precisamos aceitar, com seriedade e com humildade, o julgamento alheio ao Governo, mas de gente de boa vontade da sociedade civil e competência para avaliar o que está sendo feito, para que não fiquemos, às vezes, iludidos com o que fizemos, tendo a impressão de que já avançamos. E nem sempre avançamos o suficiente ou, às vezes, eventualmente, não conseguimos nem mesmo avançar.

Será possível, portanto, ampliar os mecanismos de controle da sociedade através da avaliação de políticas públicas. Pretendo, com o apoio, certamente, do Ministro da Justiça e do Secretário Nacional de Direitos Humanos, estar cada vez mais aberto às influências benéficas da sociedade, porque direitos humanos – repito o que disse algum tempo atrás – são o novo nome da liberdade.

Muito obrigado.